

Análise das Diretrizes das Escolas Cívico-Militares de 2021 da Educação Básica do governo Bolsonaro (2019-2022)

Análisis de los Lineamientos de las Escuelas Cívico-Militares de 2021 de Educación Básica del gobierno de Bolsonaro (2019-2022)

Marcelo Paula de Melo
Guilherme de Souza Marques
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Rio de Janeiro-Brasil

Resumo

O texto apresenta a análise das Diretrizes das Escolas Cívico-Militares, que possuem amparo jurídico no decreto 10.004 de setembro de 2019. No presente texto realizamos uma revisão de literatura e análise de documentação em sua versão de 2021. Para tal fez-se a indagação: quais seriam as concepções de educação das Escolas Cívico-Militares? Concluiu-se que Escolas Cívico-Militares têm como um de seus objetivos formar o sujeito neoliberal conservador, que está atrelado diretamente a visão de mundo burguesa. Entretanto, é relevante pontuar a necessidade de estudos futuros, com intuito de acompanhar a dinâmica do fenômeno das Escolas Cívico-Militares

Palavras-chave: Diretrizes das Escolas Cívico-Militares, Escolar militarizadas, Educação militar

Resumen

El texto presenta el análisis de los Lineamientos de las Escuelas Cívico-Militares, que tienen respaldo legal en el decreto 10.004 de septiembre de 2019. En el presente texto realizamos una revisión bibliográfica y análisis de la referida documentación, en su versión de 2021. Para ello, se planteó la pregunta: ¿cuáles serían los conceptos de educación de las Escuelas Cívico-Militares? Se concluyó que las Escuelas Cívico-Militares tienen como uno de sus objetivos formar el sujeto neoliberal conservador, el cual se vincula directamente con la cosmovisión burguesa. Sin embargo, es relevante señalar la necesidad de futuros estudios, con el objetivo de acompañar la dinámica del fenómeno de las Escuelas Cívico-Militares.

Palabras clave: Lineamientos para Escuelas Cívico-Militares, Escuelas Militarizadas, Educación Militar

1. Introdução

O texto tem como objetivo analisar as Diretrizes das Escolas Cívico-Militares a partir do decreto federal Nº 10.004 de setembro de 2019 do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Nossa análise será na versão de 2021. A metodologia utilizada foi revisão bibliográfica de textos acadêmicos, juntamente a análise documental das Diretrizes das Escolas Cívico-Militares. Identificamos que as frações burguesas brasileiras e\ou setores abertamente reacionários e conservadores vinham defendendo serem as Escolas Cívico-Militares parte das estratégias de supostamente aumentar os conceitos dos alunos em avaliações externasⁱ, redução de crimes (como roubos) e melhorias disciplinares de discentes.

Para constituir um caminho em relação as Escolas Cívico-Militares elaboramos o problema seguinte: quais seriam as concepções de educação das Escolas Cívico-Militares expressas em suas Diretrizes Curriculares? Igualmente busca compreender as bases ideopolíticas da defesa da militarização das escolas públicas como suposto antídoto para superação de problemas e melhorias da educação.

É preciso uma leitura atenta dos documentos das políticas públicas das Escolas Cívico-Militares. Entendemos que a hegemonia é uma categoria basilar para a aquisição das relações contraditórias de disputas de classes antagônicas e identificar a luta pelo direcionamento e o controle social, os quais tensionam o consenso obtido como uma ferramenta para a reprodução das relações sociais de produção capitalista. O embate de concepções de mundo e atuação política pedagógica tanto dos intelectuais orgânicos desse projeto reacionário, como a militância de então ocupantes da aparelhagem estatal, foi parte dessa disputa no campo das idéias de angariar adeptos e conquistar consenso.

Essa análise coaduna com o que temos visto nas últimas décadas, com as frações burguesas da extrema direita se radicalizando, recrudescendo conquistas que se julgavam consolidadas da classe trabalhadora. A hipertrofia de atuação das classes dominantes resulta na vitória eleitoral de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), candidato da extrema direita a Presidência da República do país, pelo Partido Social Liberal (PSL) em 2018ⁱⁱ. Este já afirmava que intensificaria o processo de militarização das escolas brasileiras que já vinha e vem acontecendo em todo o território nacional, tendo seu início no estado de Goiás.

Dito isso, resolvemos estruturar o texto com os seguintes itens: no primeiro, tratamos acerca da síntese do processo de militarização das escolas públicas brasileiras; no

segundo, trazemos algumas ideias que povoam os pensadores da educação ligados ao governo Bolsonaro; depois, tratamos da análise das Diretrizes das Escolas Cívico-Militares.

2. As origens das Escolas Cívico-Militares: o processo de militarização da formação dos alunos

As primeiras experiências de militarização de escolas públicas de educação básica se deram nos governos do Partido Social da Democracia Brasileira (PSDB) no estado de Goiás. Em 2001ⁱⁱⁱ foi transferida a gestão das estruturas do Colégio Hugo de Carvalho Ramos da Secretaria de Educação para a Polícia Militar, por meio da Lei nº14. 044, de 21/12/2001. Porém, com o decorrer do tempo outras leis foram criadas dando continuidade ao processo de militarização da educação no estado. Segundo Guimarães (2017, p.10), “a partir de 2013, o Estado de Goiás acelerou o processo de transferência das escolas públicas para a Polícia Militar”. Nota-se que a partir do ano referido ocorreu uma hipertrofia das forças reacionárias no mundo, algo que se materilizou também no Brasil.

Os defensores do projeto afirmam que, com a transposição da gestão das escolas das secretarias de educação para as instituições da Polícia Militar do Estado de Goiás, supostamente, vêm indicando o aumento dos índices dessas avaliações no âmbito local e nacional (GUIMARÃES, 2019; VEIGA, 2020). Mesmo que matematicamente os índices possam revelar esse aumento, variáveis como diminuição do número de alunos por turma, existência de programas de reforço escolar, pré-seleção prévia de estudantes já em função de seu rendimento acadêmico e ampliação da carga horária não são levadas em conta nessa elevação de notas. Comparam-se situações radicalmente desiguais para celebrar uma suposta maior qualidade das escolas cívico-militares.

As escolas militarizadas diferem dos colégios militares “tradicionais”, em especial nos processos formativos, pois os segundos, geralmente, teriam como objetivo formar os alunos para intervenção profissional em organizações das Forças Armadas. Já as escolas militarizadas mesmo apresentando suas similitudes com os colégios militares, não tem como objetivo a preparação humana para o trabalho nas Forças Armadas (GUIMARÃES, 2019).

A vestimenta é um dos componentes de grande relevância para a construção de uma métrica de comportamento de alunos nos institutos militarizados. Cabe mencionar que existe uma clivagem na jornada acadêmica do aluno sinalizando que um estudante seria

avaliado pelo seu “currículo” e suas atitudes. Ou seja, essa divisão se expressa na assimilação dos conteúdos e na prática de determinados “valores” derivados das relações sociais militares (GUIMARÃES, 2019; VEIGA, 2020).

Ademais, os colégios militarizados - os de Goiás, em especial – tem em sua grade curricular mais duas disciplinas oferecidas pelos polícias militares, sendo estas, as Noções de Cidadania e a Ordem Unida. A primeira envolve questões como civismo e a segunda está relacionada a rotinas inerentes às relações e a lógica dos quartéis militares. Segundo os agentes, o que é trabalhado nas disciplinas são pensamentos, valores e práticas que norteiam as instituições militares (GUIMARÃES, 2019).

Objetivando a contextualização desse padrão militarizado de educação concretamente, trazemos a pesquisa de Ribeiro e Rubin (2019), no estado do Amapá que revelam que os institutos militarizados estudados também ganham recursos financeiros para alterações estruturais nas escolas. Ou seja, a infraestrutura disponível ao trabalho pedagógico destoa de outras escolas públicas na mesma rede.

A rotina das instituições tem como norte as relações sociais dos agentes das Forças Armadas e de Segurança, em que os monitores^{iv} (militares) tinha uma série de atribuições antes das aulas; por exemplo, controle de presenças dos alunos, entoar cantos de batalha, gritos de guerra e as informações gerais. Posteriormente, cada turma (pelotão) seguiria para a sala de aula, e dentre os alunos existe um conhecido como Chefe de Turma responsável por solicitar ao professor a permissão para a turma entrar em sala de aula (RIBEIRO; RUBIN, 2019).

Nesse movimento, os alunos que chegavam atrasados eram levados a quadra pelos militares, que realizavam uma métrica de pontuação referente as atitudes para punir os atrasos retirando pontos. Esse sistema, outrossim, funciona como instrumento para a análise do comportamento dos alunos em geral criando bonificação e punições (RIBEIRO; RUBIN, 2019).

Esse modelo de educação também é analisado por Martins (2019) e Silva, Veiga e Fernandes (2020), que identificam, na lógica de controle dos professores e gestores, das unidades escolares e da família por meio das metas dos índices educacionais que não se concretizam.

3. Jair Messias Bolsonaro: traços da ótica de educação da direita e extrema direita

O bloco burguês junto a Bolsonaro congrega pensadores e sujeitos políticos coletivos da classe dominante que atuam em diversos instrumentos burgueses. Esse grupo possui perspectivas e ações que vão da tendência a posição pró-ditadura, adeptos de teorias conspiratórias, religiosos fundamentalistas (a burguesia da fé), ardorosos militantes neoliberais entre outros (MELO, 2020).

Para compreender afundo as atuações desses agentes da burguesia do governo Bolsonaro entendemos que um conjunto de práticas e ideias são disseminados por essas frações da burguesia de extrema direita a longa data; podemos mencionar momentos que antecedem o golpe empresarial militar de 1964, que eles fazem a menção a uma falsa ameaça comunista (COSTA, 2020).

Segundo os pensadores de extrema direita como Olavo de Carvalho e Sérgio Augusto Coutinho, os marxistas abriram mão de uma revolução armada para uma revolução de forma silenciosa e pacífica. Para esses, os adeptos do marxismo desviram seu ponto de ação da abolição da propriedade privada dos meios de produção para uma suposta destruição da família, através da implementação de uma cultura “revolucionária”. Logo, teria sido necessário a infiltração dos comunistas em diversas esferas sociedade como mídia burguesa, unidades escolares e universidades (MELO, 2020; PINTO, 2019). Tal visão povoa atualmente em 2022 as concepções de mundo dos militares devido a sua herança histórica e sua relação com países que possuem os mesmos pensamentos como os Estados Unidos da América. Somando-se a isso, esta perspectiva foi disseminada por intelectuais da extrema direita como Olavo de Carvalho que apresenta tal pensamento em seus livros, em especial em um chamado *A nova era e a revolução cultural: de Frijof Capra e Antonio Gramscinos* ambientes de instrução da alta cúpula militar. Sendo que, os próprios membros das instituições militares como Sérgio Augusto de Avellar Coutinho difundiram essa teoria conspiratória presente em sua obra chamada de *Cadernos da Liberdade*.

Logo, é preciso que essa burguesia reacionária crie uma guerra cultural que desdobre em ataques diretos a institutos como centros universitários públicos e unidades educacionais que realizam uma formação com alguma forma autonomia. A tutela sobre as universidades, escolas, discentes, docentes e demais profissionais de educação é uma questão recorrente para esses burgueses de extrema direita ligado a Jair Messias Bolsonaro (LEHER, 2020).

Portanto, as ações das frações de extrema direita devem ser direcionadas a um conjunto de procedimentos que visa engessar a atuação de alunos e professores, tornando-os figuras limitadas à transmitir e receber o conhecimento em uma lógica estanque, estando de acordo com seus preceitos ideopolíticos. Essa estratégia seria responsável por uma ofensiva contra qualquer pretensão crítica da educação em diversas frentes (PENNA, 2017), contribuindo para uma condição de formação dos filhos e filhas dos trabalhadores para o consenso, em sintonia com o processo aceitação de uma condição de vida sem direitos, com trabalho precário, situação de desemprego, trabalho informal etc.

É importante salientar que o que se viu na campanha de eleição de Jair Messias Bolsonaro, a partir de sua proposta e plano de Governo, “O Caminho da Prosperidade” (2018), foi o agrupamento de uma série de dados gerais que faziam a síntese de um projeto reacionário burguês de poder no campo da educação. Essa agenda fazia menção ao desempenho ruim de alunos nas avaliações em larga escala, sinalizando uma verdadeira caça às supostas “doutrinações ideológicas”^v e de gênero, com vistas a produzir alterações em conteúdo e método de ensino.

Com a vitória de Bolsonaro e em seu primeiro ano de mandato 2019 com o Ministro da Educação (MEC), “Ricardo Veléz Rodríguez”, à frente do foi materializada, através do Decreto Federal 9.665, de 02/01/2019, a Subsecretaria de Fomento das Escolas Cívico-Militares (SECIM), ligada à Secretaria de Educação Básica.

Em 2019 no mês de julho, foi lançado pelo então Ministro da Educação “Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub”, o compromisso pela educação básica. Uma das esferas de atuação lançada para alçar os objetivos citados foram as Escolas Cívico-Militares que deveriam criar 108 institutos de ensino baseados na trindade “administração, educacional e didático-pedagógico” (BRASIL, 2019). Concomitante, ocorre a promulgação, pelo presidente Jair Messias Bolsonaro, do Decreto Nº 10.004 de 5/ 09/ 2019, que deu condições jurídicas para a materialização das Instituições Cívico-Militares em todo país.

4. As diretrizes das Escolas Cívico-Militares: as concepções de educação burguesa

Este subitem pretende demonstrar que as ECIM estão ancoradas no projeto das frações das classes e frações de classes dominantes de extrema direita. Relembramos que as Diretrizes das ECIM estão em sua segunda edição, sendo a primeira, o Manual das Escolas Cívico-Militares, a qual aponta indicativo da concepção de educação que a referida política

traz. Porém, em 2021, foi lançada uma versão atualizada com o nome de Diretrizes das ECIM, que iremos trabalhar no presente texto apresentando os nomes em destaque no documento os seguintes agentes públicos: o então Ministro da Educação Milton Ribeiro, o Secretário de Educação Básica Mauro Luiz Rabelo^{vi}, e o Diretor de Políticas para as Escolas Cívico-Militares Gilson Passos de Oliveira^{vii}.

O documento está dividido em diversos tópicos como apresentação, prefácio, programa, finalidade do documento, objetivo, constituição das diretrizes, norteadores das ações ECIM civismo etc. Existe uma seção que trata da gestão didático-pedagógica e um capítulo que trata da gestão administrativa. Conforme podemos ver no documento:

O objetivo deste documento é viabilizar a gestão de excelência das Ecim nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa, contribuindo para a educação integral, a formação e o desenvolvimento humano global dos alunos e para a melhoria da educação básica do Brasil (BRASIL, 2021, p. 8).

Sobre a estrutura, a dimensão administrativa é composta pelo Diretor Escolar; Vice-Diretor Escolar; Oficial de Gestão Escolar; Secretário Escolar e Assistente Administrativos. E, segundo Brasil (2021, p.12), “O Oficial de Gestão Escolar é o assessor do Diretor nos assuntos referentes às áreas Educacional, Didático-Pedagógica e Administrativa”.

Igualmente, a Gestão Didático-Pedagógica tem, entre suas funções, apoio no processo de ensino e aprendizagem e compreende: Supervisão Escolar (Coordenação Pedagógica); Psicopedagogo e Corpo Docente. Quanto à Gestão Educacional, compreende: o Oficial de Gestão Educacional e os Monitores (BRASIL, 2021). As Escolas Cívico-Militares possuem o ensino fundamental e médio, em âmbito estadual, distrital e municipal, sendo os mesmos ofertados nos períodos matutinos e vespertinos. A questão do civismo é tratada nas Diretrizes das ECIM mencionam capaz de constituir a harmonia. Assim:

o conceito amplo seria: atitudes e comportamentos que, no dia a dia, manifestam os cidadãos, na defesa de certos valores e práticas, assumidos como os deveres fundamentais para a vida coletiva, visando preservar a sua harmonia e melhorar o bem-estar de todos. O civismo é uma questão de cultura política e de filosofia política (BRASIL, 2021, p. 37).

A Gestão Educacional é a responsável por efetuar a difusão dos ditos valores humanos e cívicos para estimular atitudes e comportamentos. Para isso, é balizada no respeito às instituições, autoridades e normas vigentes da sociedade. Entretanto, igualmente, busca no processo de disciplina uma das suas bases. Quanto aos alunos que

possuem comportamentos indisciplinados, afirmam as Diretrizes (2021, p. 22) que “[...] os militares se dirigirão aos alunos que estiverem em atos de indisciplina em atividades escolares, caso chamados pelos docentes ou com a autorização deles”.

Compreendemos que as discordâncias e possíveis problemáticas entre alunos ou entre discentes e professores serão resolvidas na força, tendo em vista a lógica bélica militar de solucionar esse tipo de evento. Igualmente, Silva, Veiga e Fernandes (2020) e Martins (2019) afirmam que é preciso a imposição de uma ordem disciplinar policial para restabelecer esses valores perdidos como o respeito e a disciplina. Conforme lemos no documento:

Entende-se que respeito e disciplina são condições de sucesso na vida do cidadão. Quando se lê, na Bandeira Nacional, os termos ordem e progresso, compreende-se, em seu sentido mais amplo, a existência de leis que organizam a vida do cidadão brasileiro, sob a forma de respeito e “disciplina geral”, que todos devem observar (BRASIL, 2021, p. 87).

Como mencionado, os pensadores da extrema direita e direita acreditam que as militarizações das escolas visam resgatar o patriotismo, a disciplina, a moral, bons costumes, bem como atingir as metas nas avaliações em larga escala. Para eles, esse conjunto de elementos teria se perdido no interior das escolas públicas (SILVA; VEIGA; FERNANDES, 2020; MARTINS, 2019). Lima, Oliveira e Chagas (2021) são precisos ao indicar os retrocessos que a adoção dos pressupostos neoliberais implicou ao direito à educação.

Nas Diretrizes das ECIM as normas devem ser divulgadas pelo diretor. Tais normas não se limitam aos discentes e avançam para toda comunidade escolar. Traduzem sua característica de formação hegemonicamente coercitiva quando:

O comportamento desejável dos alunos das Ecim deve estar claro para todos os discentes e os monitores, os quais estão em contato mais direto com os alunos, e cabe a eles o papel principal de educar os alunos quanto a esse comportamento e fiscalizá-los (BRASIL, 2021, p. 91).

Ao dizer que os militares serão fiscais dos alunos o documento nos oferece alguns pontos de reflexão tais como os motivos que levam alguém a pensar que homens fardados e treinados para a guerra seriam profissionais ideais para monitorarem alunos de escolas públicas. E que os conflitos certamente se processam no âmbito de unidades educacionais (e em outras instituições da sociedade) teriam os militares treinados para guerra como mediadores mais adequados. Se por um lado, a visão de mundo conservadora que levou

esses profissionais até às unidades educativas se firma no pressuposto da disciplina, patriotismo etc., nesse mesmo ponto se ancora o advento da força como aspecto fundamental para coibir determinados tipos de ações inaceitáveis (MARQUES, 2021).

É presente também no documento a menção ao Projeto Valores. Este atravessa toda a referida política pública e seria responsável por introjetar nos estudantes e em toda comunidade escolar uma concepção de mundo de homens e mulheres da caserna. Assim,

Sua relevância e para que seus efeitos sejam maximizados, o Projeto Valores deverá contar com a participação e o engajamento de toda a ECIM, envolvendo as Gestões Didático- Pedagógica, Educacional e Administrativa (BRASIL, 2021, p. 72).

É visível no trecho que o Projeto Valores recruta todos os setores das Escolas Cívico-Militares para seu sucesso. O pensamento traz a exposição de determinados problemas de ordem social que, no pensamento dos elaboradores da política pública, devem ser solucionados segundo sua visão de mundo. Busca criar alicerces para supostamente enfrentar problemas do tempo presente, trazendo questões em que menciona que as:

[...] constantes mudanças na sociedade, é possível perceber mudanças no ambiente escolar e o aparecimento ou o agravamento de diversas situações como bullying, uso de drogas, racismo, agressões físicas e verbais, vandalismo, entre outras (BRASIL, 2021, p. 73).

Ainda sobre as Escolas Cívico-Militares, cada unidade deve elaborar seu Projeto Valores em consonância com as Diretrizes e criar uma vinculação com o Projeto Político Pedagógico da Escola e com a área da Gestão Didático Pedagógica sobre a responsabilidade do supervisor pedagógico, [...] “com a participação do Corpo de Monitores, do Corpo Docente, dos agentes de ensino” (BRASIL, 2021, p. 74).

A citação que o texto traz uma suposta simetria entre monitores e docentes no Projeto Valores. Contudo, ao analisarmos outras passagens do texto, vemos que tal equilíbrio sofre distorções, uma vez, conforme Brasil (2021, p. 84), “O Projeto Valores será elaborado pela Supervisão Escolar (Coordenação Pedagógica) com a colaboração do Corpo de Monitores e com consulta ao Corpo Docente e aos agentes de ensino”. A lógica militar será predominante, pois o indicativo é que os militares vão ajudar a criar o Projeto Valores, e depois de criado, os docentes vão ser consultados, reduzindo a capacidade dos professores de participação e influência nos projetos.

Em outro polo, as “atitudes” dos alunos seriam os elementos basilares para a aquisição de habilidades, denotando a necessidade de impor a ordem militar, a disciplina e

hierarquia, para que esses alunos com dificuldade de aprendizagem consigam adquirí-las. Logo, existe um agente relevante nesse processo vinculado à Supervisão Escolar que, no texto norteador das ECIM, denomina como o psicopedagogo que deve contribuir para a aquisição de determinadas atitudes. Nessas Diretrizes temos que:

[...] contribuir para desenvolver nos alunos valores, hábitos, atitudes e comportamentos necessários à sua formação e ao seu desenvolvimento integral. Para isso, irá atuar junto às famílias e aos docentes/agentes de ensino” (BRASIL, 2021, p. 49).

Como podemos verificar, tornam-se frequentes as expressões “política pública” e “centralidade da dimensão atitudinal dos alunos”, sinalizando que as atitudes, frutos da imposição da lógica militar, seriam capazes de corrigir “[...] determinados tipos de comportamentos que interferem no aprendizado e podem ser a causa original do baixo rendimento escolar dos alunos” (BRASIL, 2021, p. 65). Sobre isso, as Diretrizes das Escolas Cívico-Militares afirmam que um quantitativo significativo de alunos, ao longo de sua trajetória, vem acumulando experiências negativas, já que:

[...] a realidade tem mostrado que muitos alunos, ao longo de sua história de vida, acumulam experiências negativas na sua relação familiar e escolar, dificultando, ainda mais, a sua mobilização para o aprendizado E, “por tudo isso, aspectos afetivos e comportamentais precisam ser observados pela escola por psicopedagogos ou profissionais habilitados” (BRASIL, 2021, p. 65).

Cabe na visão de mundo militar burguesa atribuir as relações sociais educacionais e familiares à degradação dos ditos valores e comportamentos que, supostamente, seriam relevantes ao aprendizado. No caso dos profissionais da psicopedagogia, esses valores resgatados pelos militares seriam a solução para as dificuldades de aprendizagem que geram também reprovação e abandono escolar. Como fica expresso:

Na gestão didático-pedagógica, as faltas, o abandono e a evasão escolar são questões que estão relacionadas ao desinteresse dos alunos pela escola, à falta de aprendizagem e à reprovação escolar. Portanto, um ensino que seja atraente e acessível para os alunos irá contribuir com a melhoria da aprendizagem, refletindo na aprovação escolar e aumentando as chances de sua permanência [...] (BRASIL, 2021, p. 46).

As Diretrizes das ECIM tomam problemas sociais sérios como se fossem questões de escolhas e/ou decisão dos estudantes e suas famílias. Um descompasso por completo de qualquer alinhamento com as demandas reais que impactam a vivência escolar de crianças e jovens pobres no país. Ao jogar sobre as supostas experiências ruins na escola e na família, o

texto aponta para uma ruptura com a realidade concreta. Na visão de mundo burguês, a culpa não pode ser do sistema e, portanto, alguém deve responder pelo dado negativo de evasão escolar: nesse caso, optou-se por jogar a culpa na escola e famílias pobres.

Nota-se que o modelo de Escola Cívico Militar dá continuidade a esse padrão. No documento Brasil (2021, p. 30), consta que “para cada turma, haverá um aluno na função de líder de classe e um na função de vice-líder de classe, designados, por meio de um rodízio entre os discentes [...]” Esses líderes devem auxiliar no controle de frequências, na manutenção da ordem na sala quando houver troca de aulas; na apresentação das turmas aos monitores e professores, entre outras atribuições (BRASIL, 2021). Percebe-se que essas tarefas têm como intuito aumentar o controle sobre os alunos.

Tal controle também se manifesta quando atravessamos a aparência das Escolas Cívico-Militares que vendem a ideia de que os alunos poderão se reunir em organizações internas, como o Grêmios Estudantil. O Artigo 92 afirma que:

As Ecim poderão congregam os alunos em grêmios, clubes, núcleos e grupos que reflitam interesses comuns de seus integrantes, desde que estejam autorizados pelo Diretor Escolar, alinhados às orientações didático-pedagógicas das escolas e sob a supervisão de um orientador designado pelo Diretor Escolar (BRASIL, 2021, p. 32).

Contudo, podemos identificar três pontos fortes no excerto extraído das Diretrizes das ECIM: o primeiro orienta que qualquer organização estudantil deve ter seu respaldo na opinião dos diretores das instituições, caso contrário está vetado; o segundo propõe um alinhamento às orientações didático-pedagógicas das Escolas Cívico-Militares, sinalizando que qualquer assunto dissonante ou em desacordo com essas orientações não são bem-vindos; por último, os alunos vão ser tutelados por um orientador, indicado pelo diretor da escola, o que demonstra a capacidade de fiscalização constante sobre os alunos. Essas ações de supervisão contínua, que visam a manutenção de atitudes desejadas, gravitam no campo das ideias e práticas, sendo a última, um exemplo concreto de aferição dos comportamentos. A história se repetindo como farsa e como tragédia.

Como pontuado por Guimarães (2019) e Veiga (2020), o modelo de ensino militarizado regula parte das normas dos comportamentos através do uso dos uniformes dos alunos. Essa norma referente à indumentária faz parte, outrossim, do aparato do formato federal ECIM, denotando que alunos e alunas vão ter que utilizar uniformes

diferentes para ocasiões distintas.

Dependendo do ano que o aluno estivesse cursando, deve haver uma diferenciação no distintivo referente ao ano escolar, denotando uma hierarquia entre os alunos (BRASIL, 2021). Há, também, um fardamento específico para as aulas de Educação Física que é utilizada de forma distorcida apenas para cumprimento da ordem na perspectiva militarista da década de 1960. Esse modelo de uniforme estilo farda retoma as escolas militarizadas do Brasil já existentes. As semelhanças continuam entre os modelos de instituições militarizadas e a política pública do governo federal, que compartilham, segundo Guimarães (2019), de rondas para, em aparência, verificar se os alunos não estão nas aulas. Assim,:

[...] é recomendável a realização de rondas pelos monitores, com a finalidade de verificar se alunos estão faltando a alguma atividade sem autorização, orientando-os a comparecer à atividade o mais rápido possível (BRASIL, 2021, p. 20).

Em essência, a ação de circular nas estruturas das escolas extrapola os interesses aparentes de monitoramento dos alunos; o que acontece é que essa atitude opera não apenas sobre os discentes, mas sobre toda comunidade escolar. Se o docente estiver utilizando uma metodologia de ensino que não esteja nos conformes determinados por essas instituições pode acabar sendo denunciado, bem como coagido pelos militares e, até mesmo, punido. O conjugado de fenômenos que foram trazidos até aqui está atrelado a uma concepção de trajetórias educacionais dos alunos no interior das Escolas Cívico-Militares.

Essa nova visão de currículo foi favorecida pela adoção das áreas de conhecimento, do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que abriu espaço para uma profunda reforma curricular na educação básica à altura das novas exigências do século XXI (BRASIL, 2021, p. 44).

O que podemos destacar do excerto é a confluência indissociável do projeto de direita e extrema direita, pois realiza uma adesão à “nova” estrutura de currículo do aluno em meio a um processo de reconfiguração da educação se expressa por meio de uma Base Nacional Comum Curricular. Logo, é visto a ação do aglomerado das frações burguesas que vem demonstrando sua presença na condução das políticas educacionais. Nota-se expressamente:

[...] que o empresariado atua em conjunto com as várias frações de classes que o compõem, desde as entidades privadas advindas da mídia, do âmbito militar, dos setores financeiro, industrial, tecnológico, ambiental, político, até centros de pesquisa. Esses grupos unem-se e transformam-se em redes compostas por privatistas das mais diversas áreas de forma articulada com o intuito de permanecer com a atuação na educação para obter lucros, fortalecer o movimento do

empresariado e, conseqüentemente, seu projeto de dominação (SOUZA; ARAÚJO, 2021, p. 24).

Vimos nos dados de Guimarães (2019), disciplinas ofertadas pelos colégios militarizados como Noções de Cidadania e Ordem Unida, que trabalham atividades cívicas e questões como cidadania. Nota-se que o sugerido no modelo ECIM é similar aos modelos existentes, pois indica uma parte da carga horária para realizar esse tipo de formação – supostamente - pela “cidadania”. Ambos os fatores das avaliações em larga escala e a formação em aspectos da “cidadania” se aproximam do que Martins (2019) e Silva, Veiga e Fernandes (2020) salientam como aliança das concepções de extrema direita, que seguem sua dinâmica nas relações sócias escolares e não escolares em meio ao capitalismo como projeto de classes burguesas no presente. Os elementos do projeto burguês avançam no pólo da disciplina militar policial. Por isso, há uma menção de recomendação de que:

desenvolvimento de valores e atitudes, bem como atividades cívicas e de cidadania, façam parte da matriz curricular das Ecim, com uma hora-aula semanal de cada turma, que serão conduzidas pelo Corpo de Monitores e pelo Corpo Docente sob orientação da Supervisão Escolar (Coordenação Pedagógica) (BRASIL, 2021, p. 44).

5. Conclusão

A aliança de classes burguesas guiada pelo governo Jair Messias Bolsonaro trouxe uma agenda para a educação. Dentro do programa educativo destacado as Escolas Cívico-Militares, inspirada em modelos já existentes avançam como formação para os filhos dos trabalhadores. Nas concepções de educação encontradas verificamos traços de perspectivas burguesas que flutuam entre os aspectos de direita e extrema direita. Indo do controle dos filhos dos trabalhadores através de uma lógica homogênea e massificadora presente nas avaliações em larga escala e o controle através da disciplina-militar como elemento balizador de atitudes. Ademais, podemos dizer que esse modelo de educação militarizada já vem sendo derrotado em alguns estados brasileiros através de mobilização e articulação da comunidade escolar.

No presente momento em 2023, a aliança ampla de diversos setores da sociedade conseguiu derrotar nas urnas o candidato de extrema direita Jair Messias Bolsonaro elegendo em 2022 o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores para um terceiro mandato. Frisa-se que o governo Lula apresenta aspectos mais democráticos quando comparado com o governo Bolsonaro. Diante desse contexto temos

vistos exposição de processos diversos envolvendo os grupos que faziam parte da base aliada de Bolsonaro, dentre estes os militares que além de regalias financeiras, existem também indícios do envolvimento de uma parte das forças em uma tentativa de golpe burguês militar. Nesse quadro vislumbramos o ótimo momento para sepultar as Escolas Cívico-Militares através de articulação da comunidade escolar junto a pressão popular.

Referências

BRASIL. **Diretrizes das Escolas Cívico-Militares**. Disponível em:

https://www.gov.br/mec/ptbr/media/acao_informacao/pdf/10DIRETRIZESPECIMVERSO_observaes_14072021convertido2.pdf. 2021. Acesso em: 03 set. 2022.

COSTA, I. C. **Dialética do marxismo cultural**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

GUIMARÃES, P. C. P. **Os novos modelos de gestão militarizada das escolas públicas: um estudo a partir da experiência na rede estadual de ensino de Goiás**. 163f. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

GUIMARÃES, P. C. P. Os novos modelos de gestão militarizadas das escolas estaduais de Goiás. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Contra os preconceitos: História e Democracia, 2017, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: Universidade de Brasília, 2017.1 Online.

LEHER, R. Educação e neofascismo no governo Bolsonaro. In: REBUÁ, E, et al. (org.). **(Neo)fascismos e Educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020.

LIMA, J. P. A. P.; OLIVEIRA, R. M.; CHAGAS, E. F. Avanço neoliberal: retrocesso na educação. **Revista Cocar**. v.15, n.32, p.1-22, 2021.

MARQUES, G. S. **Entre déspotas, bufões e mitos existiam batalhões escolares: analisando as concepções de educação das escolas cívico-militares**. 2021. 171f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

MARTINS, A. A. Sobre os dias atuais: neoconservadorismo, escolas cívico-militares e o simulacro da gestão democrática. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia, v. 35, n. 3, p. 689–699, set./dez. 2019 (Dossiê: Militarização da Escola Pública).

MELO, D. Obolsonarismo como fascismo do século XXI. In: REBUÁ, E, et al. (org.). **(Neo)fascismos e Educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020.

O CAMINHO DA PROSPERIDADE. **Proposta e Plano de Governo de Jair Bolsonaro**, 2018. Disponível em: http://www.psl-sp.org.br/wpcontent/uploads/2018/08/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf. Acesso em: 22 dez. 2018.

PENNA, F. A. O Escola Sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, G. (org.). **Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017.

PINTO, E. C. Bolsonaro e os Quartéis: a loucura com método. **Textos para discussão**, Rio de Janeiro, mar. 2019. IE-UFRJ DISCUSSION PAPER: PINTO, TD 006-2019.

RIBEIRO, A. C.; RUBINI, P. S. Do Oiapoque ao Chuí – As escolas civis militarizadas: a experiência no extremo norte do Brasil e o neoconservadorismo da sociedade brasileira. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia, v. 35, n. 3, p. 745-765, set./dez. 2019 (Dossiê: Militarização da Escola Pública).

SILVA, E. F.; VEIGA, I. P. A.; FERNANDES, R. C. A. Militarização e Escola sem Partido: repercussões no projeto político-pedagógico das escolas. **Revista Exitus**, Santarém, v. 10, n. 1, p. 1-26, set./dez. 2020.

VEIGA, C. H. A. **Militarização de escolas públicas no contexto da reforma gerencial do Estado**. (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). 2020. 212f. Dissertação. (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.

Notas

ⁱDe forma “resumida” é um instrumento que cria uma escala de posições entre alunos, escolas, estados e países gerando um banco de dados das notas obtidas.

ⁱⁱNo decorrer do mandato devido aos diversos problemas e atritos no interior do Partido, saiu da sigla precocemente

ⁱⁱⁱ Em âmbito federal a Gestão igualmente estava com o **PSDB** sendo Fernando Henrique Cardoso o residente

^{iv}São profissionais em grande maioria das forças de segurança dos estados, que tem dentre suas atribuições no chão das escolas militarizadas associado a monitorar, controlar e coibir determinados comportamentos dos alunos etc.

^vEm tese o que vinha sendo relatado pelos campos de direita e extrema direita que estaria ocorrendo um processo de doutrinação política, ideológica e partidária na educação brasileira em todos os níveis.

^{vi}Professor titular do Departamento de Matemática da Universidade de Brasília. Exerce a função de Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação desde abril/2021.

^{vii}Tenente-coronel do exército, que substituiu Coronel Aroldo Ribeiro Cursino.

Sobre os autores

Marcelo Paula de Melo

Doutor em Serviço Social pela UFRJ (2011), Mestre em Educação pela UFF (2004) e graduado em Educação Física pela UFRJ (2001). Professor da Escola de Educação Física e Desportos e no Programa De Pós-Graduação Em Educação na UFRJ. Líder do grupo de Pesquisa Coletivo de Estudos de Políticas de Esportes, Lazer e Educação Física (GEPOLES). marcelaomelo@gmail.com. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-0146-4275>.

Guilherme de Souza Marques

Licenciado em Educação Física (2018), Especialista em Pedagogia Crítica da Educação Física (2018), Mestre em Educação (2021) e Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor da Prefeitura de Araruama e Substituto na Faculdade de Educação da UFRJ. Integra o Coletivo de Estudos de Políticas de Esportes, Lazer e Educação Física (GEPOLES) e Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (COLEMARX). Email: foliosjm@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-5067-6346>

Recebido em: 04/02/2023

Aceito para publicação em: 20/07/2023